

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v18i35.21890>

A IMPRENSA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE CONTRA O ESCÂNDALO: REPRESENTAÇÕES ESTADUNIDENSES NO JORNAL FOREIGN FERRY NEWS (1943-1945)

Gisela Silva Barbosa

Graduada em História pela UEPB

E-mail: giselabarbosa136@gmail.com**Noemia Dayana de Oliveira**

Professora substituta da UEPB

Pós-Doutoranda em História na UFCG

E-mail: noemia.oliveira@servidor.uepb.edu.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo o estudo do jornal estadunidense *Foreign Ferry News*, que foi produzido e circulou em Parnamirim-RN, durante os anos de 1943-1945, enfatizando as estratégias utilizadas para o estabelecimento do controle das notícias publicadas pela base militar durante os eventos decorrentes do Estado Novo no Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, utilizamos as edições do jornal disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Digital, considerando, sobretudo, os conceitos de práticas e representações (Chartier, 1990) para compreender o contexto de produção, os sujeitos e as artimanhas utilizadas para controle desse produto cultural. Com isso, pretendemos mostrar o papel da imprensa durante períodos de conflito e a organização adotada pelos editores para controlar as informações consumidas pelos militares.

Palavras-chave: Jornal. Parnamirim-RN. Estados Unidos.

THE PRESS AS A CONTROL INSTRUMENT AGAINST SCANDAL: AMERICAN REPRESENTATIONS IN THE NEWSPAPER FOREIGN FERRY NEWS (1943-1945)

Abstract

This article aims to study the American newspaper *Foreign Ferry News*, which was produced and circulated in Parnamirim-RN during the years 1943-1945, emphasizing the strategies used

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 18, n. 35, jul. - dez. 2024
ISSN: 1982 -193X



to establish control over the news published by the military base during the events of the Estado Novo in Brazil and World War II. To this end, we use the editions of the newspaper available on the website of the Digital Library's Newspaper Archive, considering, above all, the concepts of practices and representations (Chartier, 1990) to understand the context of production, the subjects, and the tactics used to control this cultural product. With this, we aim to show the role of the press during periods of conflict and the organization adopted by the editors to control the information consumed by the military.

Keywords: Newspaper. Parnamirim-RN. United States.

INTRODUÇÃO

Seria monstruoso que uma função do porte social e político da imprensa, de orientar quotidianamente a opinião pública, continuasse como instrumento de escândalo (JORNAL O DIÁRIO, 1943, p.2).

A matéria “A função da Imprensa” do ano de 1943, no jornal *O Diário*, do qual esse pequeno trecho foi retirado, de modo explícito, demonstra a importância dada ao papel da imprensa durante o Estado Novo, e que naquele momento, a oportunidade de controlar um órgão tão valioso não poderia ser ignorada. Afinal, como poderia Getúlio Vargas deixar que os meios de comunicação pudessem expressar suas opiniões contra um golpe tão bem orquestrado? Por que ele, como o “novo herói da pátria”, não poderia evitar um “escândalo” e promover a legitimação de seu governo?

Segundo Capelato (1988, p. 13), aqueles que faziam parte da imprensa, participavam ativamente da história através de uma batalha pelos corações e mentes de quem a consome, e é por meio desse domínio estabelecido, que os meios de comunicação são utilizados como “arma-jornal”, ao serem controlados por grandes governos que buscam a manipulação da opinião pública. Como em governos totalitários, a propaganda jornalística acaba sendo uma mercadoria vendida ao público pela interseção dos desejos do governo, assim, para que seja possível a interpretação da mensagem por trás de textos, é preciso estabelecer uma base de questionamentos: Quem são os responsáveis pelo jornal? Qual o seu público-alvo? Quais os objetivos e recursos utilizados no discurso?

Para Chartier (1990, p. 136), a edição do texto também pode ser um dos principais meios de moldar o leitor, no entanto, isso pode acontecer de diferentes formas, visto que, o mesmo texto

pode ser lido de maneiras diferentes e por leitores que divergem entre si. Nesse contexto, a “aplicação” ou representação¹ utilizada pela imprensa, referente à formatação e à escrita de um jornal, pode ser interpretada de diferentes maneiras por seus leitores, mesmo que seu conteúdo seja o mesmo.

Levando em conta as circunstâncias no qual o período ditatorial do Estado Novo foi instaurado no Brasil e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, apesar de seguirem formas de governo distintas, a imprensa foi uma das principais responsáveis para que países como o Brasil e os Estados Unidos pudessem alcançar seus principais objetivos. Desse modo, enquanto Getúlio Vargas procurava legitimar cada vez mais o seu governo, o Governo estadunidense buscava o estabelecimento de uma “amizade” com os seus “vizinhos” da América Latina.

Departamento de Imprensa e Propaganda

O Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas, teve como inspiração os regimes totalitários da Itália e Alemanha, sendo o uso da imprensa e propaganda, algumas das principais estratégias importadas. Portanto, o projeto de controle da mídia foi colocado em prática ainda em 1931². Entretanto, somente em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda, principal órgão atuante durante o estado-novista, é criado para dar início às suas atividades em 1º de janeiro de 1940.

Segundo o Decreto nº 5.077 de 29 de dezembro de 1939, o DIP seria responsável pela “elucidação da opinião nacional sobre diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras”, e contava com o jornalista Lourival Fontes³ como diretor. O departamento comportou seis divisões de comunicação, sendo elas a Divulgação, Radiodifusão, Turismo, Imprensa, Serviços Auxiliares, Cinema e Teatro, e tinha como um dos principais objetivos, a legitimação do golpe através da opinião popular (Neto,

¹ Segundo Chartier, as representações são determinadas de acordo com os grupos que se encontram no poder, ou seja, os seus interesses moldam os discursos e nesse contexto, as páginas de um jornal seriam ditadas de acordo com os desejos do grupo que o organiza.

² Em 1931 é decretada formação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que foi reformulado em 1934, com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), renomeado de forma não oficial como Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

³ Assumindo o cargo como diretor do DIP após ser indicado por Vargas. O jornalista e político sergipano, que ainda no início da carreira publicou matérias nas quais demonstrou apoio ao fascismo italiano, foi considerado como um dos principais intelectuais e ideólogos do Estado Novo (Santos, Santana, 2010).

2013, p. 167-178), e assim como o Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939 estabeleceu:

- a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional [...];
- c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, [...], de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei [...];
- h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;
- i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;
- j) promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros [...];
- n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral [...];
- q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

Consequentemente, a principal característica que deveria ser adotada pelos meios de comunicação, que quisessem continuar com suas atividades, seria a de apoiar Vargas e o novo governo. Em seus conteúdos divulgados, o presidente deveria ser visto como o “salvador do país”, pois, por meio de suas ações, que foram tomadas com o “bem do Brasil” em mente, avanços seriam feitos no âmbito econômico, cultural e social. A ideia passada era a de que o futuro dos brasileiros finalmente estaria caminhando para a ordem e progresso desejados (Capelato, 2007, p. 109-107).

Logo, a imprensa tornou-se veículo do Estado, e assim, para que pudesse exercer total controle no país de uma forma mais efetiva, ainda em 1940, contou com a formação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, que segundo o Decreto-Lei nº 2.557 de 4 de setembro de 1940, tinha como principais funções:

- Art. 1º** As funções do Departamento de Imprensa e Propaganda serão exercidas nos Estados com a cooperação dos respectivos governos.
- Art. 2º** Ficam subordinados ao Departamento, do ponto de vista da orientação técnica e doutrinária, todos os serviços estaduais atinentes à imprensa, rádio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.
- Art. 3º** Sob a denominação de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda as administrações estaduais deverão reunir em uma só repartição a ser criada, os serviços relativos à imprensa, rádio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo [...].

Estando subordinado ao DIP, cada DEIP atuava de acordo com os decretos de seus respectivos estados, assim, o departamento do Rio Grande do Norte que tinha sua sede na cidade de Natal, era o responsável pela edição do jornal “A República”, o órgão oficial do estado, e comandado pelo jornalista Edilson Cid Varela, diretor do DEIP potiguar. O departamento atuava na impressão de outros jornais locais como *A Ordem* e *O Diário*, entretanto, também fazia a impressão do jornal em língua inglesa *Foreign Ferry News*, que era circulado na base de *Parnamirim Field*, instalada na cidade de Natal ainda em 1942⁴.

Todavia, para que isso fosse possível, algumas negociações precisaram ser feitas, visto que a propaganda estado-novista prezava pela unificação brasileira através da cultura, economia, tradições e poder militar, portanto, a língua oficial do país estaria inclusa na preservação de tais objetivos. A propagação de conteúdos em língua estrangeira era vista como algo suspeito, principalmente após a adoção de decretos como o Decreto-Lei nº 383 de 18 de abril de 1938, que estabeleceu o veto contra a participação de imigrantes nas atividades políticas, e que dificultariam o envolvimento dos mesmos na publicação de materiais em outras línguas que não fossem o português⁵.

Não existiram, de forma específica, decretos ou leis que de fato proibissem o uso de outra língua na mídia, no entanto, de forma direta e indireta, eram feitas restrições em relação a circulação da imprensa e quem poderia estar encarregado de sua produção (Andreá, 2020, p. 35-36). Em vista disso, em uma entrevista traduzida para o FFN, Varela comenta como a permissão foi concedida:

Hoje completa um ano da existência do “*Foreign Ferry News*”, jornal em língua inglesa editado em Parnamirim e formatado e impresso nos escritórios do DEIP. Para aqueles que realmente estão interessados pelo desenvolvimento das relações entre Brasileiros e Americanos, esse é um acontecimento que precisa ser noticiado, pois marca a vitória do esforço coletivo em conjunto com a sinceridade de juízo por parte dos Brasileiros, assim como dos Americanos. Para conseguir a permissão para a publicação, foi preciso garantir uma autorização especial do D.I.P. A permissão foi dada e todas as dificuldades em relação ao papel, prensa e composição foram superadas através do desejo sincero de cooperar pelo melhor jeito de viver para os americanos residindo entre nós (JORNAL FFN, 1944, p. 6)⁶.

⁴ Como a cidade que atualmente conhecida como Parnamirim, conquistou sua emancipação da cidade de Natal somente em 17 de dezembro de 1958, consideraremos a base estadunidense como parte da capital potiguar.

⁵ Os decretos foram feitos aos poucos e faziam com que estrangeiros não fossem autorizados a publicar seus próprios textos, em seguida, ao serem elaboradas mais restrições, as publicações de textos em língua estrangeira nas partes mais rurais do país estariam proibidas até a devida aprovação dos órgãos responsáveis.

⁶ Adotou-se a tradução para o português brasileiro com o intuito de facilitar o acesso aos nossos leitores. Para acessar o original, veja: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/ForeignFerryNews/763306>.

Segundo Lenine Pinto (2005, p. 35-36), Varela precisou viajar em um avião fretado até a sede do DIP no Rio de Janeiro, a fim de realizar uma reunião com Lourival Fontes e garantir a aprovação para o jornal americano. Uma das argumentações utilizadas para o acobertamento das impressões teria sido o fato de que a frase “Por e Para os Homens Desta Base” (*By and For the Men of This Base*), destacada em sua primeira página, demonstrava não somente a delimitação como também a exclusividade de circulação do periódico, que tecnicamente, estaria dentro dos limites da área pertencente (de forma temporária) aos Estados Unidos.

Entende-se que, apesar das desconfianças relacionadas à imprensa em língua estrangeira, o jornal foi apoiado a partir da potencialidade do fortalecimento entre os brasileiros e soldados estadunidenses, que deveriam trabalhar em conjunto, para que a sua realização fosse possível. Deste modo, o FFN é essencial para compreender não apenas o cotidiano de uma base militar estadunidense, como também a prática das relações estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos, uma vez que, o *Foreign Ferry News*, acatava as exigências de comportamento impostas pelo DIP à imprensa brasileira, e críticas ao Brasil ou ao presidente não foram feitas, mesmo que, naquele momento, a democracia que era tão valorizada pelos Estados Unidos, não estivesse sendo praticada pelo governo brasileiro:

Verdadeira Democracia

Homens dos Estados Unidos da América podem entender o homem Getúlio Vargas, Presidente dos Estados Unidos do Brasil, através de um típico e verdadeiro incidente tirado da vida cotidiana deste político.

Recentemente, quando o popular líder dos brasileiros visitou esta parte do país, ele estava em pé na borda do navio apreciando a diversão dos meninos que mergulhavam por trocados. Mas para os meninos aquilo era mais do que um esporte aquático; eles eram jovens meninos pobres que faziam uso das moedas para a subsistência, sem luxos.

O presidente Vargas falou com um assessor que passou a ordem quietamente e sem exibição. Vinte meninos apareceram no convés diante do presidente para serem informados que ele estaria os enviando para serem educados no “Rio”.

O Cônsul Americano, que contou esta história verdadeira, afirmou que ela representava o caráter democrático do homem que Vargas é. Mais do que uma simples aliança militar, os Estados Unidos da América e os Estados Unidos do Brasil são aliados no reconhecimento de que a justiça e oportunidade são privilégios das pessoas comuns (JORNAL FFN, 1943, p. 2).

Exemplos como esse, onde o Brasil e os Estados Unidos acabam sendo relativizados e apontados como países similares, faziam parte não somente da contínua Política da Boa Vizinhança, como também da estratégia de manutenção da opinião das tropas americanas em relação aos países Aliados e membros das Nações Unidas:

O objetivo no tratamento das informações das Nações Unidas deveria ser o de convencer as Forças Armadas dos Estados Unidos que somente a união militar, mental

e moral com os nossos Aliados trará a vitória. Nosso inimigo não é um só país. É um mecanismo militar altamente integrado composto pela Alemanha, Japão, e Itália, com os seus países subordinados. Nós podemos prevalecer sobre essas forças somente se treinarmos, trabalharmos e nos disciplinarmos como uma nação, e ao mesmo tempo construirmos uma frente com os nossos Aliados que seja superior à frente do inimigo (GUIDE TO THE USE OF INFORMATION, 1942, p. 18).

Portanto, as matérias publicadas pelo *Foreign Ferry News*, não seguiam apenas os interesses dos funcionários do jornal e as normas do DIP. Os órgãos administradores do Exército dos Estados Unidos, foram agentes responsáveis pelo direcionamento do conteúdo e no controle das informações que chegariam aos soldados. Destarte, os indivíduos estavam sujeitos ao que fosse de interesse do país, sem que houvesse a possibilidade de expressar opiniões que não estivessem de acordo com o “necessário” para a guerra.

O principal argumento para que a informação fosse filtrada por órgãos como o *Special Service Division* (1942, p. 1), é o de que “Falar a verdade não é o suficiente; deve ser feito um julgamento comedido em relação ao momento em que ela deverá ser dita, e para quem será endereçada”. Deste modo, interpreta-se que, em um primeiro momento, existiam implicações no que se refere a prováveis vazamentos de informações por meio dos soldados, no entanto, outra possibilidade seria a de que suas reações diante de notícias específicas poderiam acarretar sentimentos de insatisfação e, conseqüentemente, insubordinação.

Assim, a imprensa jornalística foi instrumento de controle e influência dos soldados estadunidenses, e para os Estados Unidos, poderia ser uma das responsáveis pela vitória dos Aliados na guerra, uma vez que estava entre os principais meios de comunicação utilizados, podendo ser controlada e sujeita a censura por parte das agências de informação. Conseqüentemente, além de manter a sensação de cooperação e união com os países Aliados, que poderiam ser elogiados dentro de um certo “limite”, permitiu que divergências como o totalitarismo e a democracia, pudessem ser ignoradas a fim de alcançar a vitória contra as forças do Eixo⁷.

Por e Para Todos os Homens desta Base

A publicação de jornais em bases militares não foi algo feito exclusivamente durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, periódicos feitos para o Exército dos Estados Unidos, como o

⁷ Não será possível um maior aprofundamento sobre tal aspecto neste artigo, no entanto, gostaríamos de apontar que a tentativa de evitar conflitos entre os países pode também ser vista como uma tentativa de influenciar uma conciliação entre os próprios soldados, que poderiam demonstrar antipatia contra o governo brasileiro.

Stars and Stripes e *Rainbow Reveille*, eram publicados na França e se tornaram ativos no decorrer da Primeira Grande Guerra. Além disso, exércitos de outros países também publicaram seus próprios jornais, como por exemplo o *The Front Post*, distribuído no território ocupado pelo exército alemão (Peery, 1946, p. 273-279), o jornal britânico *Eighth Army News* publicado para as forças mais reclusas estacionadas no Cairo (Mackenzie, 1989, p. 665-681) e o jornal *Cruzeiro do Sul*, destinado aos soldados brasileiros servindo na Itália.

Todavia, a partir de 1941, como um método de influenciar e oferecer assistência para que mais jornais militares dos EUA fossem criados, o Departamento de Guerra estabeleceu o *Camp Newspaper Service* (CNS), que foi operado por funcionários do estado e funcionou como uma espécie de sindicato fornecedor de notícias e recursos para que os serviços fossem prestados gratuitamente aos periódicos estadunidenses.

Assim, o CNS fornecia manuais (*Army Editors' Manual*) e guias (*Guide to the Use of Information Materials*), para editores do exército e o que foi chamado de *Clip Sheet*, que atuava como um relatório semanal de notícias gerais, tirinhas e fotografias a serem publicadas (*Army Editor's Manual*, 1943, p. 1). Ademais, o *Army News Service*, que assim como o CNS, também estava localizado na cidade de Nova York, fazia o uso dos recursos do *Army Signal Corps*, para transmitir notícias por rádio para os periódicos militares (Cornebise, 1995, p. 213-224).

Segundo o manual entregue pelo CNS, os jornais publicados deveriam funcionar como um meio de suprir as necessidades dos G.I.⁸ em relação a se manterem informados sobre o que acontecia na base, com seus colegas e os cronogramas referentes às atividades recreativas e religiosas. Ademais, ao mesmo tempo, também era proposto que fosse utilizado na introdução dos novatos as regras do exército, a manutenção do espírito de camaradagem, a preparação psicológica para a guerra e a divulgação de eventos e festas organizados pela *United Service Organizations*.

Além disso, o uso do guia era direcionado para instruir sobre a filtragem das informações publicadas nos periódicos por parte dos editores e o maior aproveitamento do que as notícias poderiam proporcionar em relação à sua influência nas tropas. À vista disso, entre os tópicos abordados, estava o diagnóstico de que alguns temas poderiam contribuir de forma negativa ou

⁸ A sigla G.I. ou somente GI, era usada para definir os materiais básicos do exército (*General Issue*), no entanto, com o passar do tempo, começou a ser utilizada para referenciar soldados em geral. A gíria se tornou tão comum a ponto de nomear a lei *GI Bill of Rights* em 1944, responsável por garantir uma série de direitos para os soldados que participaram da Segunda Guerra Mundial.

positiva no humor dos soldados, como a abordagem de conteúdos relacionados aos países aliados deveria ser feita, a tentativa de um discurso antirracista contra minorias presentes nas tropas, o direcionamento dos discursos de ódio e o uso da imagem do corpo feminino.

Antes de um periódico oficial, os soldados de *Parnamirim Field* produziam, por meio de um aparelho de mimeografia, poucas unidades de folhetos chamados *Foreign Ferry Tales* (Contos das Rotas Estrangeiras). No entanto, com o progresso da guerra, o papel para impressões tornou-se cada vez mais escasso, e a oficialização dos jornais precisou ser iniciada. O processo de regularização dos jornais das bases era realizado a partir da permissão dada pelo *Commanding Officer* do campo, que em 1943 estava sob a gestão do Tenente-Coronel J. H. Snyder. Após a aprovação, o Tenente Melvin S. Baker ficou responsável pelas negociações diplomáticas da base durante o período e, logo em seguida, foi nomeado supervisor editorial.

Os editores não recebiam restrições em relação à nomeação de seus jornais, sendo assim, a maioria dos periódicos acabava recebendo nomes que poderiam ser relacionados à principal atividade da base em que eram publicados (Jenkins, 1951, p. 185-189). Portanto, baseado no fato de que a base de Parnamirim tinha como uma das principais funções a rápida entrega de suprimentos para a Europa e África e também ponto de escala entre rotas, o nome que foi ligeiramente alterado para *Foreign Ferry News* (Notícias das Rotas Estrangeiras), fez jus a sua função e foi publicado apenas aos domingos de 16 de maio de 1943 até 27 de maio de 1945⁹.

De acordo com Clyde Smith Junior, o *Foreign Ferry News* precisou ser suspenso após o aumento no número de homens na base, e a necessidade de que houvesse um jornal semanal. Assim, os funcionários do FFN também foram responsáveis pela edição e publicação do ‘*The Sat’d Weekly Post*’, que seguia a mesma linha de informações destinadas aos homens de baixo escalão e que continuou sendo publicado até janeiro de 1946 (Smith Junior, 1993, p. 187).

De acordo com as normas do CNS, os jornais poderiam contar com, pelo menos, três tipos de fornecimento de suas páginas para seus leitores, sendo eles: a distribuição gratuita, a venda individual ou a venda por assinatura. Conforme o material analisado, o jornal *Foreign Ferry News* era disponibilizado gratuitamente para todos àqueles soldados que estivessem

⁹ Segundo Clementino (2001, p. 117), a data de início seria 16 de abril de 1943, entretanto, a data não corresponde a um domingo, assim a primeira edição disponível, mesmo que de forma não tão visível, é datada do dia 16 de maio de 1943.

estacionados na base de Parnamirim¹⁰. Diante disso, segundo o cabeçalho colocado na segunda página de cada edição, o *Camp Newspaper Service* e, em alguns momentos, o *Army News Service*, forneciam os materiais necessários para que as publicações fossem feitas, todavia, isso não prevenia a existência de problemas:

Atenção Leitores

Nas semanas recentes muitas reclamações chegaram aos funcionários deste jornal em relação a não receberem nenhuma folha no Domingo quando o jornal normalmente é distribuído.

Nós lamentamos que isso tenha acontecido e pedimos que mais dos nossos leitores cooperem um pouco conosco ao passarem as folhas adiante para os seus companheiros após terminarem de ler. [...] Até o momento nossa circulação está limitada porque a verba disponibilizada não é o suficiente para que cubram o custo da impressão de mais cópias.

Uma certeza, no entanto, é a de desejamos que todos os homens da Base tenham a ampla oportunidade de ler o *Foreign Ferry News*, então se a sua área não receber um número suficiente de cópias ou nenhuma cópia, nos informe. [...]. (JORNAL FFN, 1943, p. 1).

Assim, devido às adversidades geradas pela escassez dos materiais, existem inconsistências no que se refere ao número de páginas publicadas para cada edição do FFN. O jornal que era distribuído para a base somente uma vez por semana, contava com uma média de quatro páginas por edição, no entanto, de acordo com comunicados presentes nas páginas do jornal, a média almejada era de 6 páginas por publicação:

Seis páginas hoje

Esta edição do *Foreign Ferry News* foi estendida para seis páginas - um tamanho que os funcionários gostariam de ter como regra em vez de exceção. No entanto, a acumulação de notícias o suficiente para preencher o largo espaço do papel é uma questão secundária às dificuldades mecânicas na qual o jornal é preparado. [...] (JORNAL FFN, 1944, p. 1).

Apesar disso, edições especiais, contando com oito páginas, foram publicadas para comemorar o aniversário do jornal e, em seu conteúdo, além das colunas habituais, foram inseridas matérias sobre o processo de fundação do jornal e as dificuldades enfrentadas para que fosse impresso. É possível encontrar, também, comunicados impressos às pressas, como no caso do folheto publicado em 8 de setembro de 1943 (quarta-feira), que informava sobre a rendição da Itália e o que isso poderia significar para o futuro das tropas Aliadas.

¹⁰ As 52 edições podem ser encontradas na Hemeroteca Nacional, no entanto, infelizmente ainda não foi possível identificar o número de tiragens das edições que vieram a ser publicadas.

Mesmo com os problemas para a manutenção de um padrão, como recebiam materiais do governo, o FFN não realizava a publicação de propagandas dos comércios da cidade. As dificuldades financeiras deveriam ser resolvidas dentro do possível, sendo através de acordos feitos no campo, com o remanejamento das verbas destinadas ao lazer dos soldados ou de uma parte dos lucros do *Post Exchange* (PX)¹¹. A promoção de propagandas comerciais nos periódicos era proibida desde que fosse a última alternativa, ou seja, como a única forma de pagar por um processo de impressão mais caro.

No entanto, exceções presentes no jornal compreendem as campanhas da venda de títulos de guerra, que eram anunciados com a frase “Compre Títulos de Guerra e ajude na fabricação de um bombardeiro”, e as chamadas de “Queremos Ajuda” destinada a atividades que eram realizadas no campo e careciam da participação de soldados:

Já que não contamos com colunas de propaganda nós vamos aproveitar este espaço para publicar o comunicado “Queremos Ajuda”. Nós queremos que as colunas deste jornal sejam preenchidas com notícias especiais do pequeno mundo em que estamos vivendo. O único jeito que isso pode ser feito é através das contribuições voluntárias daqueles que têm a oportunidade de presenciá-lo intimamente (JORNAL FFN, 1944, p. 2).

Assim, os soldados eram alvos de publicações nacionalistas apelativas para uma participação ainda maior na guerra. Todavia, o intuito imbuído na frase “Por e Para os Homens Desta Base”, exibida na primeira página de todas as edições, era o de se referir aos chamados “*enlisted personnel/men*”, que seriam aqueles situados abaixo dos cargos ocupados por oficiais e que exercem as posições iniciais e de base no exército. Dessa maneira, indicava que escritores do jornal eram os próprios soldados de base:

Anúncio sobre a mudança da política do jornal

Tendo início a partir desta edição do *Foreign Ferry News* uma nova política está sendo inaugurada sendo ela a de que os artigos que aparecem nessas colunas serão escritos apenas pelos suboficiais da base. [...] O material escrito por oficiais não será publicado a menos que seja pontual benéfico para os soldados. [...] devemos continuar com nossa política original de “Por e Para os Homens Desta Base” (JORNAL FFN, 1943, p. 1).

Existia, inclusive, o incentivo feito pelo CNS, de que aqueles que, previamente, em suas vidas civis, trabalharam em periódicos como jornalistas, editores ou manipuladores de máquinas de linotipo, fossem chamados para serem parte integrante da imprensa.

¹¹ O *Post Exchange* ou PX, atua como uma espécie de loja para soldados e civis, fornecendo tantos produtos essenciais como também supérfluos como cigarros e cerveja.

O conhecimento prévio destes jornalistas e editores, era importante para os critérios do CNS, pois poderia contribuir na execução dos parâmetros estabelecidos nos manuais da agência. Algumas dessas orientações, inclusive, seriam as de reconhecer o tipo de leitor, e a necessidade de que fosse utilizada uma linguagem compreensível, visto que muitos não seriam “*gênios da literatura*” (CNS, 1943, p. 7), era preferível o uso da linguagem coloquial e acessível, portanto, o editor deveria estar informado sobre quais os principais interesses de seus companheiros de base.

Apesar disso, existiam limites em relação a quais interesses poderiam ser publicados, pois a resposta para a curiosidade de um soldado americano poderia cair nas mãos de espiões do Eixo, assim, nas primeiras edições não oficiais, o conteúdo era analisado por quatro grupos: “*Intelligence, Base Censor, Wing Censor* e a agência supervisora. Foi necessário naqueles primeiros dias do folheto para que nenhuma notícia significativa sobre a segurança fosse difundida o suficiente a ponto de ser valiosa para o inimigo” (JORNAL FFN, 1944, p. 7).

Após a oficialização do jornal, além de seguir o que era imposto pelo DIP, passou a ser censurado apenas pela *Base Censor* e todas as edições contaram com a frase “Cópia aprovada pela *Base Censor*”. Ademais, não era permitido que ocorresse o envio de edições para fora da base, por isso, apresentava a estampa “Não pode ser enviada para casa” em todas as primeiras páginas, porém, a partir da edição de 18 de março de 1945, esta proibição é encerrada e o jornal deixa de ser exclusivo para os homens da base.

Apesar da liberação oficial ter sido feita, não é possível saber ao certo se o jornal chegou de forma ilegal em outras bases instaladas no Brasil ou até mesmo nos países que também receberam instalações estadunidenses. Todavia, o *Foreign Ferry News* poderia estar presente na correspondência dos soldados, desde que fossem pequenos pedaços que não continham informações significativas. Assim, recortes, e posteriormente, edições completas, puderam chegar em outras bases e nas casas de familiares dos soldados que estivessem estacionados em Parnamirim.

As páginas do *Foreign Ferry News*

A estratégia ensinada por meio do manual oferecido pelo *Camp Newspaper Service*, era a de que o jornalista precisa estar informado sobre os principais interesses de seus leitores, enquanto

o editor, deveria consultar mentalmente uma lista de dez perguntas, para que assim, alcançasse a conclusão do que é relevante o suficiente para ser publicado:

VAI AJUDAR O INIMIGO?

Tem relação com o Exército?

É autêntico?

É novo?

É pontual?

Aconteceu em um lugar muito longe?

Quem estava envolvido?

Qual propriedade está envolvida?

É interessante?

É uma ‘boa história’ mesmo que não conte com outras características? (CNS, 1943, p. 9)

Em vista disso, como o jornal atuou durante os anos de 1943-1945 e provavelmente seguia as instruções destacadas previamente, é perceptível que algumas mudanças foram feitas ao longo do seu desenvolvimento e a localização das colunas foi modificada conforme a sua importância em relação à guerra. Desse modo, segundo a discussão feita anteriormente, para que se tenha uma maior noção do que os editores desejavam incluir nas suas edições “completas”, a análise das colunas estudadas neste subtópico será feita a partir das publicações que contam com seis páginas.

Figura 1: Exemplo de uma primeira página do jornal *Foreign Ferry News*



Fonte: Hemeroteca Nacional (1943)

Nas edições do ano de 1943, a primeira página (Figura 1) era frequentemente definida pelas notícias sobre a guerra e atualizações sobre a atuação do exército estadunidense na Europa, podendo conter, além de fotos das tropas, a ilustração de mapas de países e rotas. Entretanto, como as notícias da base também eram disseminadas para os soldados mediante boletins diários e transmissões de rádio, em momentos nos quais não havia mais informações sobre o conflito,

comunicados sobre eventos realizados, questões administrativas e promoções de cargo dos soldados da base também poderiam ser postos em destaque.

Figura 2: Exemplo da segunda página do *Foreign Ferry News*



Fonte: Hemeroteca Nacional (1944)

Em sua segunda página (Figura 2), no lado esquerdo, o FFN contava com um cabeçalho onde eram informados, assim como explicado anteriormente, os contribuintes para o fornecimento dos materiais, outrossim, a partir do mês de outubro de 1944, o endereço e número para contato com o escritório do periódico também foram incluídos. Além disso, como o número de funcionários contava com inconsistências devido às constantes transferências entre bases, os cargos regularmente listados são os de editor, editores assistentes, editor de esportes e consultor editorial.

Logo abaixo, localiza-se também a coluna editorial, na qual o editor publicava, além de comunicados, seus desabafos em relação às reclamações feitas por soldados, opiniões em relação a eventos realizados e discussões acerca de novas normas ou atualizações em relação à estrutura da base.

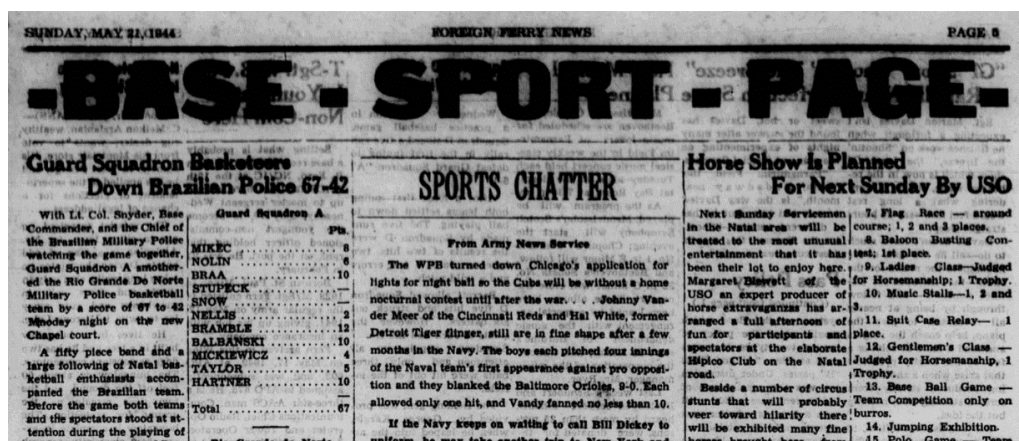
A depender das montagens utilizadas pelo jornal, uma ou duas charges/tirinhas eram posicionadas na parte superior ou inferior da página. A mais frequente delas, eram as charges chamadas de “*The Wolf*” (O Lobo), pelo cartunista e Sargento Leonard Sansone, enviadas para o FFN através das *Clip Sheets*. Segundo William Peery, suas charges ganharam os corações dos soldados leitores dos jornais militares, graças ao entendimento do autor em relação a mente dos G.I.s. Portanto, seu protagonista apresentava a cabeça e o comportamento de um lobo (Peery,

1946, p. 274), sendo constantemente retratado como um personagem atrapalhado e “admirador” das mulheres.

Comumente localizada ao lado superior direito da página, a coluna “*Chaplain’s Corner*” (Canto do Capelão), era destinada a discussões, conselhos e reflexões de cunho religioso e teoricamente deveriam ser escritas pelos representantes religiosos presentes na base, no entanto, seu autor não era creditado a todo momento e, por vezes, os textos eram retirados de livros, artigos, revistas e passagens bíblicas. Assim, apesar do quadro de horários para o uso da capela localizada na base, estar posicionado logo abaixo e contar com três diferentes vertentes religiosas: catolicismo, protestantismo e judaísmo, os textos publicados na coluna apresentam em uma maior parte, conteúdo que retratava representações de cunho cristão.

Em adição às notícias sobre o campo de Parnamirim e de outras bases espalhadas pelo mundo, a partir de setembro de 1943, e de forma descontínua, a terceira página do FFN passou a apresentar a coluna “*Briefs About Brazil*” (Informações Breves Sobre o Brasil), que contava com pequenos jogos sobre a cultura, geografia e história do país. Do mesmo modo, a terceira e quarta páginas eram encontradas mais notícias com pequenas matérias sobre o campo e outras bases espalhadas pelo globo, que também podiam ser acompanhadas de calendários sobre os eventos do USO durante a semana.

Figura 3: Exemplo da quinta página do *Foreign Ferry News*



Fonte: Hemeroteca Nacional (1944)

A seção de esportes (Figura 3), frequentemente ocupava todo o espaço da quinta página do jornal por apresentar não somente notícias sobre os times estadunidenses, como também as principais atualizações relacionadas às classificações e campeonatos de times esportivos da própria base. Tais equipes eram compostas pelos soldados da base e o quadro de variedades *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 18, n. 35, jul. - dez. 2024* ISSN: 1982-193X

esportivas contava com esportes como beisebol, polo aquático e, até mesmo, competições de equitação.

A sexta e última página geralmente incluía as continuações das colunas que não foram concluídas na primeira página, além das respostas dos jogos propostos e colunas de entretenimento. Essas colunas variavam desde anúncios sobre aulas de dança oferecidas na base até atualizações sobre os filmes que seriam lançados nos Estados Unidos. Além disso, mais tirinhas, que deveriam entreter e chamar a atenção dos soldados eram encontradas na parte inferior da página. Desta vez, no entanto, elas eram de autoria do cartunista Milton Caniff e recebiam o título de “*Male Call*” (Chamado Masculino), pois contavam com as impressionantes personagens femininas “Miss Lace” e “Burma” (Cornebise, 1995, 215).

Portanto, entende-se que assim como proposto pelo *Camp Newspaper Service*, o *Foreign Ferry News* escrevia suas colunas com base no que seria útil para que os soldados se mantivessem atualizados, entretanto, somente caso esta utilidade estivesse de acordo com as normas de censura. Apesar das dificuldades enfrentadas, como a falta de papel, recursos e, em alguns momentos, a falta de notícias, havia o interesse na continuidade de edições com seis páginas.

Todavia, assim como era anunciado pela frase “Por e Para os Homens da Base”, que em teoria estava responsável por guiar o conteúdo do jornal, ainda é necessário o aprofundamento de alguns temas que podem ser encontrados nas entrelinhas de suas páginas e que são capazes de nos ajudar a compreender quais eram as intenções, concepções ou propósito dos editores ao produzirem tais textos.

Bibliografia

ANDREÁ, Franciele Weber. O combate à imprensa em língua estrangeira no Brasil: políticas e ideias linguísticas na legislação da era Vargas. In: CAVALHEIRO, A. C. D., MARCHESAN, A. C., STÜBE, A. D., HORST, C., PAULA, L. M., e LUZ, M. N. S. **Entre as fronteiras do ensino, da pesquisa e da extensão**: estudos na área de Letras [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2020.

A ORDEM. Natal, 1935-1952. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/aordem/764051>.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. In: CAPELATO, Maria Helena. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.557, de 4 de setembro de 1940. **Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados**. Coleção Leis do Brasil, v. 5, p. 289, 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938. **Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências**. Coleção de Leis do Brasil, v. 2, p. 53, 1938.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. **Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 29362, 29 set. 1939.

BRASIL. Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939. **Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.)**. Diário Oficial da União, 1939.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Impacto urbano de uma base militar: A mobilização militar em Natal durante a Segunda Grande Guerra**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a. 162, n. 412, p. 103-127, jul/set. 2001.

CORNEBISE, Alfred E. **American Armed Forces Newspaper in World War II**. American Journalism, no 3, v 12, 1995, p. 213-224.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Army of the United States: Special Service Division. Guide to the Use of Information**. Washington: U. S. Government Printing Office, 1942.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **War Department: Camp Newspaper Service. Armys Editors' Manual**. Nova York: Recruiting Publicity Bureau, 1943.

JORNAL FOREIGN FERRY NEWS. Natal, 1943-1945. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/ForeignFerryNews/763306>.

_____. Brazilian Radio Boosts Parnamirim Base Paper. Nº 2, Natal, 1944, p. 2.

_____. True Democracy. Nº 4, Natal, 1943, p. 2.

_____. Attention All Readers. Nº 26, Natal, 1943, p. 1.

_____. Six Pages Today. Nº 20, Natal, 1944, p. 1.

_____. Editorial. Nº 20, Natal, 1944, p. 2.

_____. *Newspaper Policy Change Announcement*. Nº 28, Natal, 1943, p. 1.

JORNAL O Diário. **A Função da Imprensa**. Nº 794, Natal, 1943, p. 2. Disponível em:
<<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/1456>>.

JENKINS, H. Harrison. "Army Newspaper Names." *American Speech*, no 3, v 26, out 1951, p. 185-189.

MACKENZIE, S. P. "Vox Populi: British Army Newspapers in the Second World War." *Journal of Contemporary History*, n. 4, v 24, out 1989, p. 665-681.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. Companhia das Letras, 2013.

PEERY, William. **The GI Fourth Estate: A Tentative Appraisal**. *Journalism Quarterly*, no 3, v 23, set 1946, p. 273-279.

PINTO, Lenine. **Os americanos em Natal**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; SANTANA, Anthony Fábio Torres. A alquimia do poder: Lourival Fontes e suas configurações políticas. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010, São Cristóvão. Anais eletrônicos VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. São Cristóvão: Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em:

SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim para a Vitória**. Natal: Editora Universitária, 1993.

Recebido em 2024-09-24

Revisado em 2024-12-04

Aprovado em 2024-12-11

Publicado em 2024-12-31